

Coordenação em políticas públicas intersetoriais: possíveis categorias de análise

Autores: Natália da Silva; Thiago de Melo Teixeira da Costa; Marcelly Ferreira de Souza Rabello; Bruno Tavares.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS: 4 – Dimensões Sociais

Categoria: Dimensões sociais

Introdução

A infância e adolescência, considerada uma fase de peculiar desenvolvimento do ser humano, enfrenta problemas complexos que demandam a atuação de diferentes setores. Tradicionalmente, as políticas públicas foram conduzidas por meio da centralização do poder, o que resultou em visões fragmentadas e insuficientes para lidar com a promoção e a restauração de direitos.

A intersectorialidade surge como alternativa para a resolução dessa problemática, baseada na colaboração entre atores, mas traz consigo o desafio da coordenação, já que a autoridade é difusa e depende de negociações e mecanismos não hierárquicos. Diante disso, esta pesquisa busca compreender os sentidos atribuídos pela legislação à coordenação dos atores na política para infância e adolescência.

Objetivos

Objetivo geral: compreender o conjunto de sentidos das atribuições dispostas nos dispositivos normativos (artigos, parágrafos, incisos e alíneas) dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando a rede de proteção responsável pela política.

Objetivos específicos: I. identificar a legislação e normatizações pertinentes à política para infância e adolescência; II. Verificar, nas normatizações pertinentes, as práticas institucionalizadas de coordenação; III. Descrever, segundo as normatizações relacionadas à política para infância e adolescência, os atores e suas funções, referentes à articulação e orientação das ações necessárias à promoção, proteção e controle dos direitos das crianças e adolescentes.

Material e Métodos ou Metodologia

A pesquisa possui natureza qualitativa e adota a **revisão bibliográfica** como metodologia, por meio da análise de produções acadêmicas, legislações e demais referências relacionadas ao tema, permitindo a construção de um referencial teórico consistente para a compreensão do objeto de estudo.

Apoio Financeiro

Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

- Criação de quadro com as categorias e subcategorias de análise.

As categorias de análise desta pesquisa são **atores** e **funções**, com o objetivo de identificar quais atores são mencionados nas normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente e quais responsabilidades lhes são atribuídas pela Lei.

As **subcategorias** consideradas foram: **direitos, instrumentos, beneficiários e destinatários**. A dimensão dos direitos busca destacar aqueles explicitados em cada normativa; a dos instrumentos, os mecanismos previstos para efetivar a lei; a dos beneficiários, os sujeitos que recebem diretamente os efeitos da normativa; e a dos destinatários, aqueles a quem a lei se dirige, que nem sempre coincidem com os beneficiários.

Conclusões

Até o momento, a pesquisa permitiu a definição das categorias e subcategorias de análise, que orientam a leitura das normativas do ECA e estruturam a investigação sobre a coordenação entre atores na rede de proteção à infância e adolescência. Embora os resultados finais ainda não tenham sido alcançados, já se evidencia a relevância do estudo diante dos desafios da intersectorialidade, cabendo às próximas etapas aprofundar a análise das normativas selecionadas.

Bibliografia

ALPERSTEDT, Graziela Dias; HOFFMANN, Micheline Gaia; DE SÁ, Vinícius Valdir. **Mecanismos públicos de coordenação e wicked problems: estudo de um arranjo interorganizacional voltado ao combate do crime organizado em Santa Catarina**. Revista de Direito da Cidade, v. 14, n. 2, p. 877-925, 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

CANATO, Pamella; BICHIR, Renata. **Intersetorialidade e redes sociais: a implementação de projetos para população em situação de rua em São Paulo**. Revista de Administração Pública, v. 55, p. 995-1006, 2021.

FAYOL, H. **Administração industrial e geral: Previsão, Organização, Comando, Coordenação e Controle**. Editora: Atlas, São Paulo. 1978.

INOJOSA, Rose Marie. **Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional**. Revista de Administração Pública, v. 32, n. 2, p. 35 a 48-35 a 48, 1998.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. **Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?**. Revista de Administração Pública, v. 40, p. 479-499, 2006.